

## **PORTARIA Nº 1.282 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1989 - (REVOGADA)**

(Publicada no Diário Oficial de 20/12/1989)

A Portaria nº 387/90, com efeitos a partir 07/04/90, determina a exigência de prévia autenticação fiscal dos talonários de Nota Fiscal do Produtor a serem distribuídos aos produtores agropecuários de acordo com as normas contidas nesta Portaria.

Esta Portaria foi revogada tacitamente a partir de 30/04/98 pela Portaria nº 233/98, publicada no DOE de 30/04/98.

### **Estabelece normas para autorização e uso da Nota Fiscal do Produtor.**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 461 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.460, de 07 de junho de 1989,

### **RESOLVE**

**Art. 1º** Os estabelecimentos de produtores agropecuários não equiparados a comerciantes ou industriais, quando inscritos no Cadastro do Produtor Rural (CPR), poderão emitir, desde que previamente autorizados pelo Fisco Estadual, Nota Fiscal do Produtor, sempre que promoverem operações com mercadorias.

**Art. 2º** A Nota Fiscal do Produtor conterá as seguintes indicações, impressas tipograficamente:

**I** - denominação: “NOTA FISCAL DO PRODUTOR”;

**II** - número de ordem e número da via.

**Art. 3º** A Nota Fiscal do Produtor será emitida antes da saída das mercadorias do estabelecimento, devendo ser lançados, nos locais próprios, os seguintes elementos:

**I** - data da emissão e da saída efetiva das mercadorias do estabelecimento;

**II** - relativamente ao destinatário:

**a)** nome e endereço;

**b)** número da inscrição estadual e no CPF ou CGC, conforme o caso, ou a indicação de que se trata de contribuinte não inscrito no cadastro estadual;

**c)** número do Certificado de Habilitação para o Regime de Diferimento, quando for o caso;

**III** - natureza da operação: venda (à vista ou a prazo), consignação, remessa para beneficiamento, remessa para fins de demonstração, exposição, “recurso de pasto” etc.;

**IV** - descrição dos produtos, unidade, quantidade e peso líquido;

**V** - preços unitário e total dos produtos, valor total da operação, bem como, a

portaria\_1989\_1282.rtf

base de cálculo, na falta daquele ou dele diferente;

**VI** - destaque do ICMS, se devido, quando a responsabilidade pelo recolhimento for atribuída ao remetente;

**VII** - valor do crédito fiscal a deduzir, no caso de operações com gado;

**VIII** - valor líquido do ICMS devido ou saldo credor remanescente;

**IX** - número e data da documentação fiscal que originou o crédito; **X** - última marca de fogo (ferro), tratando-se de gado;

**XI** - despesas acessórias (frete e seguro), quando houver;

**XII** - carimbo do remetente contendo as seguintes informações:

**a)** número de inscrição no CPR;

**b)** nome;

**c)** endereço;

**d)** município;

**e)** Estado;

**XIII** - prazo de validade, aposto pela repartição;

**XIV** - nome e endereço do transportador e placa do veículo;

**XV** - campo reservado à repartição fazendária, para a revalidação da Nota Fiscal do Produtor;

**XVI** - especificação da marca, número, quantidade, espécie, peso bruto e peso líquido dos valores a serem transportados.

**Art. 4º** A Nota Fiscal do Produtor será extraída por decalque a carbono ou em papel carbonado, devendo ser preenchida a máquina ou manuscrita a tinta ou a lápis-tinta, com seus dizeres e indicações bem legíveis em todas as vias, e emitida:

**I** - em 5 vias, sendo que, no caso de operações internas, admite-se a emissão em 4 vias, que terão a seguinte destinação:

**a)** a 1ª via acompanhará as mercadorias no seu transporte, para ser entregue pelo transportador ao destinatário;

**b)** a 2ª via também acompanhará as mercadorias, devendo ser retida pelo Fisco, que visará obrigatoriamente a 1ª via;

**c)** a 3ª via ficará retida em mãos do produtor, para prestação de contas em qualquer repartição fazendária, mesmo fora do seu domicílio fiscal;

**d)** as 4ª e 5ª vias ficarão presas ao bloco;

**II** - em 5 vias, nas operações interestaduais, com a seguinte destinação:

**a)** a 1ª via acompanhará as mercadorias no seu transporte, para ser entregue pelo transportador ao destinatário;

**b)** a 2ª via também acompanhará as mercadorias, devendo ser retida pelo Fisco, que visará obrigatoriamente a 1ª via;

**c)** a 3ª via acompanhará as mercadorias e destinar-se-á a fins de controle na Unidade da Federação do destinatário;

**d)** a 4ª via ficará retida em mãos do produtor para prestação de contas em qualquer repartição fazendária, mesmo fora do seu domicílio fiscal;

**e)** a 5ª via ficará presa ao bloco;

**III** - em 5 vias, nas operações com gado bovino e bufalino, as quais terão o seguinte destino:

**a)** a 1ª via acompanhará as mercadorias no seu transporte, para ser entregue pelo transportador ao destinatário;

**b)** a 2ª via acompanhará também as mercadorias, devendo ser retida pelo Fisco, que visará obrigatoriamente a 1ª via;

**c)** as 3ª e 4ª vias ficarão retidas em mãos do produtor, para prestação de contas em qualquer repartição fazendária, mesmo fora do seu domicílio fiscal;

**d)** a 5ª via ficará presa ao bloco.

**§ 1º** As diversas vias da Nota Fiscal do Produtor não se substituirão nas respectivas destinações, salvo em caso de extravio, desde que se faça imediata comunicação do fato à repartição fazendária.

**§ 2º** A repartição fazendária que receber as vias dos documentos fiscais referidas nas alíneas “c” do inc. I, “d” do inc. II e “c” do inc. III deverá encaminhá-las à Inspetoria da circunscrição do contribuinte, devendo, no caso de gado bovino e bufalino, remeter a 4ª via referida na alínea “c” do inc. III à Inspetoria da Fazenda da circunscrição do destinatário.

**Art. 5º** Os contribuintes regularmente inscritos no Cadastro do Produtor Rural (CPR) receberão, sem ônus, em qualquer repartição fazendária, mesmo fora do seu domicílio fiscal, talonários de Notas Fiscais do Produtor, a serem por eles próprios emitidas em cada operação que venham a realizar.

**§ 1º** A Nota Fiscal do Produtor será impressa pela Secretaria da Fazenda em talonários contendo 20 (vinte) notas com 5 (cinco) vias cada uma.

**§ 2º** Fazem parte integrante do talonário de Nota Fiscal do Produtor:

**I** - Recibo de Talão de NFP, destinado a comprovar a entrega pela repartição fiscal dos documentos ao contribuinte, a ser arquivado no dossiê do produtor;

**II** - documento de controle para a comprovação da utilização ou não das Notas Fiscais fornecidas ao produtor, a ser preenchido em 2 (duas) vias, por ocasião da prestação de contas, com a seguinte destinação:

**a)** a 1ª via será anexada às vias dos documentos fiscais retidos pela repartição referidos nas alíneas “c” do inc. I, “d” do inc. II e “c” do inc. III do artigo anterior, a serem anexados ao dossiê do contribuinte;

**b)** a 2ª via ficará presa ao bloco, que permanecerá em mãos do contribuinte;

**III** - Resumo das Operações no Talão de Nota Fiscal do Produtor, destinado a relacionar as Notas Fiscais do Produtor emitidas, a ser preenchido pelo contribuinte e arquivado no dossiê do produtor, juntamente com os documentos citados na alínea “a” do inciso anterior.

**§ 3º** A quantidade de talões a serem fornecidos a cada produtor ficará a critério da repartição fiscal, que atentarà para as peculiaridades e o porte de cada contribuinte, bem como, para o provável volume de operações do estabelecimento, em face da última Declaração Anual do Produtor (DAP) apresentada.

**§ 4º** No ato da entrega dos talonários de Notas Fiscais ao produtor do contribuinte, o funcionário fiscal deverá apor:

**I** - o carimbo do remetente, por este previamente confeccionado, contendo os elementos previstos no inciso XII do art. 3º, em todas as folhas que compõem o talão;

**II** - o prazo de validade referido no art. 6º, em todas as vias da Nota Fiscal do Produtor e no Recibo de Talão da NFP.

**§ 5º** No caso de o fornecimento dos talões ser feito por repartição fazendária que não a do domicílio do contribuinte, deverá ser enviado a esta, no prazo de 5 dias, o Recibo de Talão de NFP devidamente datado e assinado pelo contribuinte, para controle da repartição de origem.

**Art. 6º** O prazo de validade para a emissão da Nota Fiscal do Produtor será de 180 dias, contados da data do fornecimento dos talões, devendo, no final deste período, o contribuinte comparecer à repartição fiscal do seu domicílio ou a qualquer outra de sua preferência, ocasião em que:

**I** - será feita a exibição de todos os talões que lhe foram fornecidos, acompanhados do Resumo de Operações, previsto no inciso III do § 2º do art. 5º, ao qual deverão ser anexados:

**a)** as vias das Notas Fiscais emitidas que se destinem à repartição fiscal;

**b)** os documentos de arrecadação do imposto relativos às operações efetuadas;

**c)** os documentos de aquisição de mercadorias que geraram crédito fiscal;

**II** - a repartição fiscal revalidará por igual período a permanência dos documentos não utilizados em poder do produtor, se assim for de seu interesse;

**III** - os documentos emitidos serão objeto de verificação fiscal, atentando-se para a regularidade de sua emissão;

**IV** - a repartição fiscal dará ao contribuinte todos os esclarecimentos necessários ao fiel preenchimento, manuseio e guarda da documentação fiscal, instruindo-o quanto ao cumprimento das obrigações tributárias inerentes aos seus negócios.

§ 1º Os documentos referidos nas alíneas “b” e “c” do inciso I deste artigo deverão, após a conferência pela repartição fiscal, ser devolvidos ao contribuinte.

§ 2º No caso de a verificação ser feita por repartição fazendária que não a do domicílio do contribuinte, deverá ser enviado a esta, no prazo de 5 dias, o Resumo de Operações entregue pelo produtor, acompanhado das vias das Notas Fiscais emitidas que se destinem à repartição, bem como, o documento de controle de que trata o inc. II do § 2º do art. 5º.

§ 3º Em se tratando de gado bovino e bufalino, a repartição do domicílio do contribuinte deverá enviar a 4ª via da Nota Fiscal à Inspetoria da Fazenda da circunscrição do destinatário, no prazo de 5 dias.

**Art. 7º** Será considerada inidônea, para todos os efeitos fiscais, fazendo prova apenas em favor do Fisco, a Nota Fiscal do Produtor que, além de se enquadrar nas disposições do § 1º do art. 124 do RICMS, seja:

**I** - emitida após o prazo de validade previsto no art. 6º desta Portaria;

**II** - emitida por contribuinte que não tenha entregue, no prazo exigido pela legislação, a Declaração Anual do Produtor (DAP).

**Art. 8º** Ficam aprovados os modelos da Nota Fiscal do Produtor, do Resumo das Operações Efetuadas no Talão de Nota Fiscal do Produtor, do Recibo de Talão de NFP e documento de controle, bem como do modelo de carimbo de identificação do contribuinte remetente.

**Art. 9º** Esta Portaria entrará em vigor em 01 de janeiro de 1990, tornando sem efeito os modelos de Notas Fiscais do Produtor anteriormente autorizadas, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 798, de 10 de agosto de 1989.

**SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, em 19 de dezembro de 1989.

**RUBENS VAZ DA COSTA**  
Secretário